

Relatório de Execução Orçamental

1.º Semestre
2026



Sociedade de Promoção e
Desenvolvimento da Zona Oeste
da Madeira S.A.

Índice

1.	INTRODUÇÃO	2
2.	ATIVIDADE	3
2.1.	CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA.....	3
2.2.	PISCINAS DA RIBEIRA BRAVA.....	4
2.3.	CONCESSÕES, ARRENDAMENTOS, PROTOCOLOS E LICENÇAS PRECÁRIAS	5
3.	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	6
4.	EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS.....	10
5.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
5.1.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS.....	14
5.2.	BALANÇO	15
5.3.	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	16
6.	NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	17
6.1.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	17
6.1.1.	RECEITAS OPERACIONAIS	17
6.1.2.	GASTOS OPERACIONAIS	18
6.1.3.	FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	19
6.1.4.	GASTOS COM PESSOAL.....	21
6.1.5.	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	21
6.2.	BALANÇO	22
6.3.	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	22
7.	INFORMAÇÃO ADICIONAL.....	23
7.1.	PESSOAL	23
7.2.	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA COMERCIAL	24
7.3.	EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DOS RECEBIMENTOS.....	24
7.4.	EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS.....	24
8.	CONCLUSÃO.....	25

1. Introdução

A Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S. A. (Ponta do Oeste) foi criada através do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2000/M, de 2 de agosto, constituindo um instrumento de intervenção a nível local, tendo por objeto a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento dos concelhos da Ribeira Brava, Ponta do Sol e Calheta.

Paralelamente, a partir de 2014 a Ponta do Oeste, por efeitos das Contas Nacionais, integra o perímetro da Administração Pública Regional como empresa pública reclassificada, a sua atuação passou a ser enquadrada também pelas regras definidas para as Empresas Reclassificadas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

A Ponta do Oeste tem a sua atividade e funcionamento enquadrados pelo disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho de 2021, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira, pelos seus diplomas de criação, respetivos estatutos e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

Em conformidade com o n.º 2 do artigo 24.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, os titulares dos órgãos de administração das empresas públicas regionais respondem perante o titular da função acionista pelos resultados obtidos com a gestão empreendida, apresentando para o efeito relatórios trimestrais fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento, devendo este incluir o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, doravante designado por plano de atividades e orçamento.

Paralelamente, a alínea e) do n.º 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril de 2016, determina que seja realizado trimestralmente o reporte das contas das empresas que compõem o Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM), mediante o envio à Inspeção Regional de Finanças e à Direção Regional do Orçamento e Tesouro.

Assim, passamos a relatar as atividades, investimento e execução orçamental do primeiro semestre de 2026 na perspetiva da contabilidade pública e também na perspetiva do SNC-AP.

2. Atividade

A Ponta do Oeste rentabiliza os ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção e gestão e administração de ativos. Neste âmbito, existem diversos empreendimentos que são de gestão direta, nomeadamente:

2.1. Centro Desportivo da Madeira

O complexo desportivo oferece um campo principal de relva natural, e outro sintético destinado não só à realização de treinos de futebol, como também de atletismo. Este inclui diversos equipamentos para saltos (altura, vara e comprimento) e lançamentos (disco e dardo).

Dispõe ainda de um espaço polivalente para a prática de várias modalidades, dois campos de ténis e dois de padel, como também de um campo de futebol 5 em relva sintética.

O Centro Desportivo da Madeira disponibiliza um circuito de manutenção, um snack-bar, um ginásio, balneários, um edifício administrativo, salas de reunião/formação, um consultório de psicologia, um espaço para anti-doping e diversos recantos preparados para acolher o visitante, que garantem a segurança das pessoas.

No primeiro semestre verificou-se um decréscimo global no número de utilizadores de 7,30%, pese embora um crescimento significativo na modalidade de ténis, na ordem dos 36,81%, e na utilização do campo Fut-5 em 17,24%, conforme se constata no mapa infra:

QUADRO 1 – UTILIZADORES CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA

Atividade	1.º Semestre		Variação 2026/2025	
	2025	2026	N.º	%
Minigolfe	337	53	- 284	-84,27%
Polidesportivo	2 073	1 802	- 271	-13,07%
Ténis	1 562	2 137	575	36,81%
Padel	3 617	2 804	- 813	-22,48%
Fut-5	4 769	5 591	822	17,24%
Campo sintético	2 860	2 045	- 815	-28,50%
Campo relvado	2 602	2 426	- 176	-6,76%
Pista de atletismo	5 240	4 676	- 564	-10,76%
Karts	362	179	- 183	-50,55%
TOTAL	23 422	21 713	- 1 709	-7,30%

Fonte – Centro Desportivo da Madeira

Comparativamente ao 1.º semestre de 2025, verificou-se, no período homólogo de 2026, uma redução global da procura pelos espaços do Centro Desportivo da Madeira, traduzida numa diminuição de 1.709 utilizadores, correspondente a uma variação de -7,30%.

Esta evolução resulta, sobretudo, da redução da utilização do campo sintético, que registou menos 815 utilizadores (-28,50%), situação justificada pelas atuais condições do piso e pela insuficiência de iluminação, fatores que condicionam a prática desportiva e têm levado equipas e utilizadores particulares a recorrer a infraestruturas alternativas.

Registou-se igualmente uma diminuição da utilização da pista de atletismo, com menos 564 utilizadores (-10,76%), decorrente da realização de algumas provas desportivas noutros equipamentos da Região, designadamente no Estádio de Câmara de Lobos.

Verificou-se ainda um decréscimo na utilização dos campos de padel, correspondente a menos 813 utilizadores (-22,48%). Esta evolução encontra-se associada ao aumento da oferta desta modalidade noutros concelhos da Região, nomeadamente no Funchal e em Câmara de Lobos, reduzindo a necessidade de deslocação dos praticantes ao Centro Desportivo da Madeira, na Ribeira Brava.

Em sentido inverso, destacam-se os acréscimos registados na utilização dos espaços destinados à prática de Fut-5 (+822 utilizadores; +17,24%) e de ténis (+575 utilizadores; +36,81%), os quais atenuaram parcialmente a redução global do número de utilizadores verificada no período em análise.

2.2. Piscinas da Ribeira Brava

As Piscinas da Ribeira Brava são um espaço dedicado à prática desportiva e de lazer, com uma piscina de 25 metros e um tanque de aprendizagem.

Este espaço dispõe de um ginásio, concessionado, devidamente equipado e espaços autónomos que partilham a entrada e saída, estacionamento e zonas de serviços técnicos.

QUADRO 2 – VARIAÇÃO DE UTILIZADORES – 1.º SEMESTRE

Atividade	1.º Semestre		Variação 2026/2025	
	2025	2026	N.º	%
Utentes	17 850	19 028	1 178	6,60%
TOTAL	17 850	19 028	1 178	6,60%

Fonte – Piscinas da Ribeira Brava

Comparativamente ao 1.º semestre de 2025, verificou-se, no período homólogo de 2026, um aumento do número de utilizadores das Piscinas da Ribeira Brava, registando-se um acréscimo de 1.178 utentes, correspondente a uma variação de 6,60%.

Esta evolução positiva resulta, essencialmente, do aumento da participação nas aulas de grupo promovidas pelas entidades parceiras Associação Desportiva do Campanário e Associação Cultural e Desportiva de São João, o que contribuiu para uma maior taxa de utilização da infraestrutura durante o período em análise.

2.3. Concessões, Arrendamentos, Protocolos e Licenças Precárias

No mapa seguinte está plasmado o resumo dos vários espaços da Ponta do Oeste, S.A. explorados por parceiros, através de contratos de concessão e arrendamento, bem como, protocolos e licenças precárias:

QUADRO 3 – ESPAÇOS COMERCIAIS – 1.º SEMESTRE

CONCELHO	CONCESSÕES / ARRENDAMENTOS / PROTOCOLOS / LICENÇAS	VALOR
Ribeira Brava	13	
Ponta do Sol	3	270 899,41 €
Calheta	6	
	22	270 899,41
SUBTOTAL		€

3. Execução Orçamental por Classificação Económica

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da receita e da despesa no primeiro semestre de 2026:

QUADRO 4 – RESUMO DA RECEITA E DESPESA – 1.º SEMESTRE

RECEITAS	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO 1.º SEMESTRE		% EXECUÇÃO	VARIAÇÃO HOMÓLOGA	
	CORRIGIDO			ORÇAMENTAL		
	2026	2025	2026	2026	VALOR	%
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(1)	(5)=(3)-(2)	(6)=(5)/(2)
RECEITAS CORRENTES						
Transferências Correntes	250 000,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Receitas Correntes	1 089 958,00	302 524,34	625 084,20	57,3%	322 559,86	106,6%
Outras Receitas Correntes	30 200,00	2 974,78	38 485,83	127,4%	35 511,05	1193,7%
SUBTOTAL	1 370 158,00	305 499,12	663 570,03	48,4%	358 070,91	117,2%
RECEITAS CAPITAL						
Venda de Bens de Investimento	8 240 000,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Transferências de Capital	3 942 868,00	2 158 622,02	219 259,08	5,6%	-1 939 362,94	-89,8%
Ativos Financeiros	597 290,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
SUBTOTAL	12 780 158,00	2 158 622,02	219 259,08	1,7%	-1 939 362,94	-89,8%
Saldo Gerência Anterior	2 660 319,00	1 247 122,93	2 660 318,09	100,0%	1 413 195,16	113,3%
SUBTOTAL	2 660 319,00	1 247 122,93	2 660 318,09	100,0%	1 413 195,16	113,3%
TOTAL	16 810 635,00	3 711 244,07	3 543 147,20	21,1%	-168 096,87	-4,5%
DESPESAS	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO 1.º SEMESTRE		% EXECUÇÃO	VARIAÇÃO HOMÓLOGA	
	CORRIGIDO			ORÇAMENTAL		
	2026	2025	2026	2026	VALOR	%
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/(1)	(5)=(3)-(2)	(6)=(5)/(2)
DESPESAS CORRENTES						
Despesas com Pessoal	1 335 480,00	365 139,49	469 124,68	35,1%	103 985,19	28,5%
Aquisição Bens Serviços	749 523,00	87 043,43	112 109,09	15,0%	25 065,66	28,8%
Juros e Outros Encargos	500,00	38,66	35,77	7,2%	-2,89	-7,5%
Administração Regional	10 000,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Outras Despesas Correntes	60 000,00	16 813,55	6 106,78	10,2%	-10 706,77	-63,7%
SUBTOTAL	2 155 503,00	469 035,13	587 376,32	27,3%	118 341,19	25,2%
DESPESAS CAPITAL						
Aquisição Bens Capital	14 618 702,00	864 165,63	294 694,97	2,0%	-569 470,66	-65,9%
Transferências de Capital	36 430,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
SUBTOTAL	14 655 132,00	864 165,63	294 694,97	2,0%	-569 470,66	65,9%
TOTAL	16 810 635,00	1 333 200,76	882 071,29	5,2%	-451 129,47	-33,8%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

No primeiro semestre, a receita orçamental cobrada ascendeu a 3.543.147,20 €, correspondendo a uma taxa de execução de 21,1% face ao orçamento corrigido. Comparativamente ao período homólogo de 2025, verifica-se uma diminuição da receita arrecadada de 168.096,87 € (-4,5%), essencialmente explicada pela redução das receitas de capital.

As Receitas Correntes totalizaram 663.570,03 €, correspondendo a uma taxa de execução de 48,4%, registando um acréscimo de 358.070,91 € (+117,2%) face ao primeiro semestre de 2025. Esta evolução resulta, sobretudo, do aumento da rubrica das Receitas Correntes, que cresceram 322.559,86 € (+106,6%), e das Outras Receitas Correntes, que registaram um acréscimo de 35.511,05 € (+1.193,7%). O acréscimo significativo na rubrica Receitas Correntes está associado, sobretudo, à cobrança, durante o semestre, de valores faturados em períodos anteriores, contribuindo para o reforço da execução da receita.

No que respeita às Receitas de Capital, a execução cifrou-se em 219.259,08 €, correspondente a uma taxa de execução de 1,7%, refletindo uma redução de 1.939.362,94 € (-89,8%) relativamente ao período homólogo. Esta variação resulta, essencialmente, da diminuição das Transferências de Capital, em consequência do faseamento financeiro dos investimentos e da calendarização dos respetivos financiamentos.

O Saldo de Gerência Anterior apresenta uma execução de 2.660.318,09 €, correspondente à integração integral do saldo transitado, constituindo uma importante fonte de financiamento da atividade desenvolvida no período.

Relativamente à despesa, a execução orçamental ascendeu a 882.071,29 €, correspondente a uma taxa de execução de 5,2% do orçamento corrigido, traduzindo uma diminuição de 451.129,47 € (-33,8%) face ao primeiro semestre de 2025.

A Despesa Corrente totalizou 587.376,32 €, equivalente a uma taxa de execução de 27,3%, registando um acréscimo de 118.341,19 € (+25,2%) relativamente ao período homólogo. Esta evolução resulta, principalmente, do aumento da rubrica Despesas com Pessoal (+103.985,19 €) e da rubrica Aquisição de Bens e Serviços (+25.065,66 €), parcialmente compensado pela redução das Outras Despesas Correntes (-10.706,77 €).

As Despesa com pessoal registaram um acréscimo de 28,5%, relativamente ao período homólogo, essencialmente devido à atualização salarial decorrente do Decreto-Lei 29-A/2026, de 30 de janeiro bem como ao aumento do número de órgãos sociais no período

em análise, bem como a reposição dos 5% de redução nas remunerações dos gestores públicos, decorrente da lei. Contribuíram igualmente para este aumento a contratação de um Chefe de Serviço, a nomeação de um Chefe de Divisão, o regresso de um Técnico Superior e a alteração da categoria profissional de um trabalhador, que transitou da carreira de Assistente Técnico para a de Técnico Superior.

A rubrica Aquisição de bens e serviços, registou um aumento, na ordem de 28,8%, face a 2025, resultante da necessidade de trabalhos de reparação/manutenção, nos diversos empreendimentos, bem como a demolição do Bar “Caixote”, na Frente Mar da Ribeira Brava.

A Despesa de Capital ascendeu a 294.694,97 €, correspondente a uma taxa de execução de 2,0%, representando uma diminuição de 569.470,66 € (-65,9%) face ao período homólogo. Esta evolução encontra-se associada ao faseamento temporal da execução dos investimentos previstos, encontrando-se uma parte significativa dos projetos em diferentes fases de contratação, adjudicação ou execução física, sem que, até ao final do primeiro semestre, tenha sido possível reconhecer a totalidade da correspondente despesa.

Em termos globais, a execução orçamental do primeiro semestre evidencia uma execução financeira compatível com o calendário de desenvolvimento dos investimentos previstos, perspetivando-se um aumento gradual dos níveis de execução durante o segundo semestre de 2026, em resultado da evolução da execução física dos projetos e do correspondente reconhecimento contabilístico e orçamental da despesa.

QUADRO 5 – RESUMO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 1.º SEMESTRE

FONTES DE FINANCIAMENTO			
RECEITA	ORÇAMENTO CORRIGIDO 2026	EXECUÇÃO 2026	
		VALOR	%
RI NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (311)	597 290,00	0,00	0,0%
RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (381)	2 499 818,00	219 259,08	8,8%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	1 719 799,00	1 719 798,30	100,0%
RG JOGOS SOCIAIS (387)	115 000,00	0,00	0,0%
RG - INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS (388)	250 000,00	0,00	0,0%

FONTES DE FINANCIAMENTO			
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	978 050,00	0,00	0,0%
FEDER - MADEIRA 2030 (4MA)	350 000,00	0,00	0,0%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	9 360 158,00	663 570,03	7,1%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	940 520,00	940 519,79	100,0%
TOTAL	16 810 635,00	3 543 147,20	21,1%

DESPESA	ORÇAMENTO CORRIGIDO 2026	EXECUÇÃO 2026	
		VALOR	%
RI NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (311)	597 290,00	0,00	0,0%
RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (381)	2 499 818,00	219 259,08	8,8%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	1 719 799,00	221 652,57	12,9%
RG JOGOS SOCIAIS (387)	115 000,00	0,00	0,0%
RG - INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS (388)	250 000,00	0,00	0,0%
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	978 050,00	0,00	0,0%
FEDER - MADEIRA 2030 (4MA)	350 000,00	0,00	0,0%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	9 360 158,00	384 731,70	4,1%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	940 520,00	56 427,94	6,0%
TOTAL	16 810 635,00	882 071,29	5,2%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

A receita arrecadada por fontes de financiamento ascendeu a 3.543.147,20 €, correspondente a uma taxa de execução de 21,1% do orçamento corrigido.

A execução da receita encontra-se maioritariamente suportada pela utilização dos Saldos de Receitas Gerais não Afetas a Projetos Cofinanciados (382), no montante de 1.719.798,30 €, e dos Saldos de Receitas Próprias Transitados – Com Outras Origens (522), no valor de 940.519,79 €, ambas com uma taxa de execução de 100%. Regista-se igualmente execução nas Receitas Próprias do Ano com Outras Origens (513), no montante de 663.570,03 €, correspondente a uma taxa de execução de 7,1%, bem como na fonte Receitas Gerais não Afetas a Projetos Cofinanciados (381), através de Transferências de Capital, no valor de 219.259,08 €.

As restantes fontes de financiamento não apresentam execução no período em análise, designadamente as provenientes de Receitas Gerais não Afetas a Projetos Cofinanciados (311), Jogos Sociais (387), Indemnizações Compensatórias (388), Fundo de Coesão Nacional

(392) e FEDER – Madeira 2030 (4MA), por não se terem verificado recebimentos associados a estas fontes durante o primeiro semestre.

No que respeita à despesa, a execução orçamental ascendeu a 882.071,29 €, correspondente a uma taxa de execução de 5,2%.

A despesa executada foi financiada, maioritariamente, pelas Receitas Próprias do Ano com Outras Origens (513), que registaram uma execução de 384.731,70 €, pelos Saldos de Receitas Gerais não Afetas a Projetos Cofinanciados (382), no montante de 221.652,57 €, pela fonte Receitas Gerais não Afetas a Projetos Cofinanciados (381), no valor de 219.259,08 €, e pelos Saldos de Receitas Próprias Transitados – Com Outras Origens (522), no montante de 56.427,94 €.

A reduzida execução das restantes fontes de financiamento encontra-se em consonância com o faseamento da execução dos investimentos e com a programação financeira definida para o exercício, sendo expectável um incremento da sua utilização ao longo do segundo semestre, à medida que sejam reconhecidas as despesas elegíveis, processados os respetivos pagamentos e concretizados os correspondentes fluxos financeiros.

Em termos de estrutura de financiamento, verifica-se que a atividade desenvolvida no primeiro semestre foi assegurada, essencialmente, por receitas próprias, pela utilização de saldos transitados e por transferências de capital afetas aos investimentos em curso, mantendo-se a execução das restantes fontes dependente da evolução da execução física e financeira dos projetos previstos no Plano de Atividades e Orçamento.

4. Execução do Plano de Investimentos

Os investimentos apresentaram a evolução financeira abaixo indicada:

QUADRO 6 – INVESTIMENTOS – 1.º SEMESTRE

Projeto/Designação	Orçamento Inicial 2026	Orçamento Corrigido	Dotação Cabimentada	Valor Executado	% de Execução
52 388	15 000,00	15 000,00	-	-	0%
REABILITAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DA FRENTE MAR CONTÍGUAS À FOZ DA RIBEIRA DA MADEIRA DO MAR	15 000,00	15 000,00	-	-	0%
513	15 000,00	15 000,00	-	-	0%
52 405	278 850,00	278 850,00	147,40	-	0%

Projeto/Designação	Orçamento Inicial 2026	Orçamento Corrigido	Dotação Cabimentada	Valor Executado	% de Execução
REABILITAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DO CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA	278 850,00	278 850,00	147,40	-	0%
387	95 000,00	95 000,00	-	-	0%
392	173 850,00	173 850,00	-	-	0%
513	10 000,00	10 000,00	147,40	-	0%
52 743	11 249 818,00	12 985 652,00	9 626 750,12	278 952,30	11%
CAMPO DE GOLFE DA PONTA DO PARGO	11 249 818,00	12 985 652,00	9 626 750,12	278 952,30	11%
381	2 499 818,00	2 499 818,00	1 874 863,00	219 259,08	0%
382		1 408 244,00	843 404,00	194,39	0%
513	8 250 000,00	8 250 000,00	6 833 960,72	7 251,52	0%
522	500 000,00	827 590,00	74 522,40	52 247,31	11%
52 744	535 000,00	535 000,00	4 514,00	-	0%
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PISCINAS DA RIBEIRA BRAVA E CENTRO DESPORTIVO DA MADEIRA	535 000,00	535 000,00	4 514,00	-	0%
392	165 000,00	165 000,00	-	-	0%
513	20 000,00	20 000,00	4 514,00	-	0%
4MA	350 000,00	350 000,00	-	-	0%
52 745	25 000,00	25 000,00	-	-	0%
EQUIPAMENTO BÁSICO - SDPO	25 000,00	25 000,00	-	-	0%
513	25 000,00	25 000,00	-	-	0%
52 746	25 000,00	25 000,00	-	-	0%
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA - SDPO	25 000,00	25 000,00	-	-	0%
513	25 000,00	25 000,00	-	-	0%
52 747	15 000,00	15 000,00	-	-	0%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO - SDPO	15 000,00	15 000,00	-	-	0%
513	15 000,00	15 000,00	-	-	0%
53 315	25 000,00	25 000,00	15 742,67	15 742,67	63%
REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DO LUGAR DE BAIXO	25 000,00	25 000,00	15 742,67	15 742,67	63%
513	25 000,00	25 000,00	15 742,67	15 742,67	63%
53 690	35 000,00	35 000,00	-	-	0%
REABILITAÇÃO DA ZONA DESPORTIVA DO ARCO DA CALHETA	35 000,00	35 000,00	-	-	0%
387	20 000,00	20 000,00	-	-	0%
513	15 000,00	15 000,00	-	-	0%
53 691	349 200,00	349 200,00	34 160,00	-	0%
REABILITAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DA RIBEIRA BRAVA	349 200,00	349 200,00	34 160,00	-	0%

Projeto/Designação	Orçamento Inicial 2026	Orçamento Corrigido	Dotação Cabimentada	Valor Executado	% de Execução
392	339 200,00	339 200,00	28 000,00	-	0%
513	10 000,00	10 000,00	6 160,00	-	0%
53 692	20 000,00	20 000,00	-	-	0%
REVITALIZAÇÃO DA ÁREA BALNEAR DA FRENTE MAR DA RIBEIRA BRAVA	20 000,00	20 000,00	-	-	0%
387					
513	20 000,00	20 000,00	-	-	0%
53 693	310 000,00	310 000,00	243 780,11	-	0%
REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DAS PISCINAS DA RIBEIRA BRAVA	310 000,00	310 000,00	243 780,11	-	0%
392	300 000,00	300 000,00	243 780,11	-	0%
513	10 000,00	10 000,00	-	-	0%
Total Geral	12 882 868,00	14 618 702,00	9 925 094,30	294 694,97	2,02%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

A execução financeira do Plano de Investimentos é de 2,02%, refletindo o faseamento temporal previsto para a concretização dos projetos e a calendarização dos respetivos procedimentos técnico-administrativos e contratuais.

Durante o primeiro semestre, registou-se, contudo, execução financeira em alguns investimentos, destacando-se o Projeto 52743 – Campo de Golfe da Ponta do Pargo, com uma execução de 278.352,30 €, correspondente a 11% do orçamento corrigido. Este projeto representa o principal investimento desta Sociedade, encontrando-se em desenvolvimento e concentrando a maior parte da dotação orçamental destinada ao Plano de Investimentos.

Regista-se igualmente execução financeira no Projeto 53315 – Reabilitação de Infraestruturas e Equipamentos do Lugar de Baixo, no montante de 15.742,67 €, correspondente a 63% da dotação cabimentada, refletindo a concretização das intervenções previstas durante o período.

Os restantes projetos de investimento não apresentam execução financeira até ao final do primeiro semestre, embora, em diversos casos, já tenham sido efetuadas cabimentações orçamentais e desencadeados os respetivos procedimentos administrativos e de contratação pública, evidenciando que os projetos se encontram em diferentes fases de preparação e desenvolvimento.

A execução do Plano de Investimentos foi condicionada pela complexidade e duração dos procedimentos administrativos e de contratação pública, pela necessidade de obtenção das autorizações legalmente exigidas e pela reduzida capacidade de resposta do mercado, designadamente nos setores da engenharia e da construção civil. Acrescem as dificuldades verificadas na apresentação de propostas válidas em alguns procedimentos concursais, a evolução dos custos dos materiais e equipamentos e a necessidade de reprogramação de alguns cronogramas de execução, fatores que contribuíram para o desfasamento entre a execução física dos investimentos e o respetivo reconhecimento financeiro.

Neste contexto, a reduzida execução financeira registada não traduz a inexistência de desenvolvimento dos projetos de investimento, refletindo antes o normal desfasamento temporal entre a conclusão das diferentes fases dos procedimentos, o início da execução física das intervenções e o reconhecimento contabilístico e orçamental da correspondente despesa. Prevê-se, por conseguinte, um aumento gradual dos níveis de execução ao longo do segundo semestre de 2026, à medida que sejam concluídos os procedimentos em curso, processadas as despesas decorrentes dos contratos celebrados e efetuados os respetivos pagamentos.

5. Demonstrações Financeiras

5.1. Demonstração de Resultados por Naturezas

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	1º SEMESTRE		31/dez/25
	2026	2025	
Vendas	152,31	4,71	83,43
Prestações de serviços	350 192,13	362 690,44	600 381,90
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos			-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(102,90)	(11,30)	(46,80)
Fornecimentos e serviços externos	(109 455,10)	(78 551,91)	(267 023,11)
Gastos com o pessoal	(467 884,15)	(391 427,59)	(806 525,55)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Outros rendimentos	441 676,88	498 389,30	881 994,71
Outros gastos	(5 755,78)	(16 852,21)	(51 837,40)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento	208 823,39	374 241,44	357 027,18
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1 039 444,84)	(1 035 651,12)	(2 070 705,60)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	(830 621,45)	(661 409,68)	-1 713 678,42
Juros e rendimentos similares obtidos	76 971,65		
Juros e gastos similares suportados	(0,19)	(148,06)	(186,31)
Resultado antes de impostos	(753 649,99)	(661 557,74)	-1 713 864,73
Imposto sobre o rendimento			(101,98)
Resultado líquido do período	(753 649,99)	(661 557,74)	(1 713 966,71)

Fonte – Opção Divina

5.2. Balanço

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	1º SEMESTRE		31/dez/25
	2026	2025	
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	160 095 131,70	155 603 166,09	160 843 127,92
Ativos intangíveis			
Total de ativo não corrente	160 095 131,70	155 603 166,09	160 843 127,92
Ativo CORRENTE			
Inventários	9,50	125,40	89,90
Clientes	312 746,19	466 917,52	473 582,62
Estado e outros entes públicos	184 645,06	358 540,25	233 800,08
Outras contas a receber	31 964,56	134 938,27	31 964,20
Caixa e depósitos	2 952 856,53	2 546 461,29	2 950 141,81
Total de ativo corrente	3 482 221,84	3 506 982,73	3 689 578,61
TOTAL DO ATIVO	163 577 353,54	159 110 148,82	164 532 706,53
PATRIMONIO LÍQUIDO			
Património/Capital	116 074 640,00	108 315 815,00	116 074 640,00
Outros instrumentos de capital próprio	589 112,23	66 165 391,48	589 112,23
Prémios de emissão		0,69	
Resultados transitados	(1 793 797,04)	(115 673 229,53)	(79 830,33)
Outras variações no Património Líquido	34 249 171,26	28 974 758,25	34 412 826,52
Resultado líquido do período	(753 649,99)	(661 557,74)	(1 713 966,71)
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	148 365 476,46	87 121 178,15	149 282 781,71
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	1 639 429,07	1 639 429,07	1 639 429,07
Financiamentos obtidos		57 266 666,59	
Fornecedores de investimento			
Passivos por impostos diferidos	5 242 156,02	4 645 885,18	5 300 896,06
Fornecedores			
Outras contas a pagar			
Total do passivo não corrente	6 881 585,09	63 551 980,84	6 940 325,13
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	7 284,50	139 911,21	101,98
Estado e outros entes públicos	12 724,53	28 322,64	
Financiamentos obtidos			-
Outras contas a pagar	8 310 282,96	8 268 755,98	8 309 497,71
Outros passivos financeiros			
Total do passivo corrente	8 330 291,99	8 436 989,83	8 309 599,69
TOTAL DO PASSIVO	15 211 877,08	71 988 970,67	15 249 924,82
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO E PASSIVO	163 577 353,54	159 110 148,82	164 532 706,53
	-	-	-

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Fonte – Opção Divina

5.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

(MÉTODO DIRECTO)

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	1º SEMESTRE		31/dez/25
	2026	2025	
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	664 855,10	411 361,62	855 203,24
Pagamentos a fornecedores	-117 081,78	-89 080,72	-294 419,13
Pagamentos ao pessoal	-465 020,42	-565 935,46	-780 782,16
Caixa gerada pelas operações	82 752,90	-243 654,56	-219 998,05
Pagamento/recebimento do importo sobre o rendimento			2 838,15
Outros recebimentos/pagamentos	-4 302,29	2 247 848,10	-52 603,98
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	78 450,61	2 004 193,54	-269 763,88
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-294 994,97	-864 165,63	-7 301 895,91
Ativos intangíveis			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento	219 259,08		8 526 112,16
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-75 735,89	-864 165,63	1 224 216,25
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	589 108,00
Cobertura de prejuízos			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-148,06	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	0,00	-148,06	589 108,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	2 714,72	1 139 879,85	1 543 560,37
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 950 141,81	1 406 581,44	1 406 581,44
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 952 856,53	2 546 461,29	2 950 141,81
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 950 141,81	1 406 581,44	1 406 581,44
- Equivalentes a caixa no início do período			0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período			0,00
= Saldo da gerência anterior	2 950 141,81	1 406 581,44	1 406 581,44
De execução orçamental	2 660 318,09	1 247 122,93	1 247 122,93
De operações de tesouraria	289 823,72	159 458,51	159 458,51
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 952 856,53	2 546 461,29	2 950 141,81
- Equivalentes a caixa no fim do período			0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período			0,00
= Saldo da gerência seguinte	2 952 856,53	2 546 461,29	2 950 141,81
De execução orçamental	2 661 075,91	2 351 381,61	2 660 318,09
De operações de tesouraria	291 780,62	168 417,98	289 823,72

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Fonte: Opção Divina

6. Notas às Demonstrações Financeiras

6.1. Demonstração de Resultados

6.1.1. Receitas Operacionais

A variação ocorrida nas Receitas Operacionais, encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 7 – PRINCIPAIS RECEITAS OPERACIONAIS – 1.º SEMESTRE

Receitas Operacionais	1º Semestre		VARIAÇÃO	
	2025	2026	Valor	%
Vendas e serviços prestados	362 695 €	350 344 €	- 12 351 €	-3%
Transferências correntes e subsídios à exploração	- €	- €	- €	0%
Outros rendimentos	498 389 €	441 677 €	- 56 712 €	-11%
Total	861 084 €	792 021 €	- 69 063 €	-8%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

Nas Receitas Operacionais verifica-se uma taxa de execução negativa de 8% no primeiro semestre de 2026, face a 2025.

Esta variação é essencialmente explicada:

- Pela redução da procura, das atividades do Centro Desportivo da Madeira;
- O término da concessão do restaurante situado na praia da Ribeira Brava, mas, entretanto, já adjudicada nova concessão, com efeitos a nível da faturação, a partir do próximo trimestre; e
- O fim da concessão do restaurante localizado na frente-mar da Ribeira Brava, sendo que este espaço deixou de existir durante o período em análise, deixando assim de gerar receita.

As receitas da rubrica Vendas e Serviços Prestados, provêm da exploração dos empreendimentos do Centro Desportivo da Madeira, Piscinas da Ribeira Brava, bem como as receitas advindas das concessões e arrendamentos.

Nos Outros Rendimentos, a execução no valor de 441 677€. Esta rubrica é composta maioritariamente pela imputação de subsídios ao investimento, cujo reconhecimento contabilístico é efetuado de forma faseada, em conformidade com a depreciação e amortização dos ativos financiados. Assim, o nível de execução observado no final do

primeiro semestre decorre essencialmente da natureza temporal deste reconhecimento contabilístico, prevendo-se a sua evolução ao longo do restante exercício.

6.1.2. Gastos operacionais

A variação ocorrida nos Gastos Operacionais, encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 8 – GASTOS OPERACIONAIS – 1.º SEMESTRE

Gastos Operacionais	1º Semestre		VARIAÇÃO	
	2025	2026	Valor	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11 €	103 €	92 €	811%
Fornecimentos e serviços externos	78 552 €	109 455 €	30 903 €	39%
Gastos com o pessoal	391 428 €	467 884 €	76 457 €	20%
Outros gastos	16 852 €	5 756 €	- 11 096 €	-66%
Total	486 843 €	583 198 €	96 355 €	20%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

No 1.º semestre de 2026, os gastos operacionais ascenderam a 583.198 €, representando um acréscimo de 96.355 € (+20%) face ao período homólogo de 2025. Esta evolução evidencia um aumento significativo da despesa operacional, pelo que importa demonstrar que o respetivo crescimento se encontra suportado por necessidades efetivas da atividade.

Os fornecimentos e serviços externos registaram igualmente um crescimento de 30.903 € (+39%), indicando um maior recurso às Aquisições de bens e serviços, sendo a rubrica que mais contribuiu para este desempenho, a Conservação de bens, pela necessidade de trabalhos de reparação/manutenção, nos diversos empreendimentos, bem como a demolição do Bar “Caixote”, na Frente Mar da Ribeira Brava.

As despesas com pessoal registaram uma execução de 20%, comparativamente ao ano 2025, essencialmente devido à atualização salarial decorrente do Decreto-Lei 29-A/2026, de 30 de janeiro bem como a reposição dos 5% de redução nas remunerações dos gestores públicos, decorrente da lei.

Contribuíram igualmente para este aumento a contratação de um Chefe de Serviço, a nomeação de um Chefe de Divisão, o regresso de um Técnico Superior e a alteração da categoria profissional de um trabalhador, que transitou da carreira de Assistente Técnico para a de Técnico Superior.

Em sentido inverso, a rubrica outros gastos diminuiu cerca de 11.096 € (- 66%), considerando que no período homólogo foi registado um valor do imposto de IMI, substancialmente superior ao valor do período corrente.

6.1.3. Fornecimento e Serviços Externos

A variação ocorrida na conta “Fornecimentos e Serviços Externos”, encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 9 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Conta 62	Fornecimentos e Serviços Externos	1º SEMESTRE		VARIAÇÃO	
		2025	2026	Valor	%
6221	Trabalhos especializados	0,00	3 239,10	3 239,10	100%
6222	Publicidade, comunicação e imagem	403,60	1 522,02	1 118,42	277%
6226	Conservação e reparação	5 307,56	47 199,23	41 891,67	789%
6229	Outros serviços especializados	16 238,36	5 469,03	-10 769,33	-66%
6231	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	827,36	728,13	-99,23	-12%
6233	Material de escritório	168,50	44,56	-123,94	-74%
6239	Outros materiais diversos de consumo	591,40	475,17	-116,23	-20%
6241	Eletricidade	35 588,31	32 395,27	-3 193,04	-9%
6242	Combustíveis e lubrificantes	3 018,07	5 730,10	2 712,03	90%
6243	Água	8 716,81	4 750,67	-3 966,14	-45%
6262	Comunicações	1 036,02	54,26	-981,76	-95%
6267	Limpeza, higiene e conforto	2 549,88	0,00	-2 549,88	-100%
6269	Outros serviços	4 106,04	7 847,56	3 741,52	91%
	Total	78 551,91	109 455,10	30 903,19	39%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

Uma análise comparativa aos FSE da Ponta do Oeste, S.A. entre o 1.º semestre de 2025 e o período homólogo de 2026 permite verificar um aumento global dos custos na ordem dos 39%. Assim, no 1.º semestre de 2026, os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos totalizaram 109.455,10 €, representando um aumento de 30.903,19 € (+39%) face ao período homólogo de 2025. Este facto deve-se a um aumento significativo dos custos

registados em cinco rubricas, nomeadamente nos Trabalhos Especializados, na Publicidade, Comunicação e Imagem, na Conservação e Reparação, nos Combustíveis e Lubrificantes e ainda na rubrica Outros Serviços.

No que se refere à rubrica Trabalhos Especializados verifica-se um aumento de 100%, o que corresponde a uma variação de 3.239,10 €, montante decorrente da prestação de serviços de assessoria jurídica de apoio à contratação pública e de serviços jurídicos de apoio ao processo de fusão das Sociedades de Desenvolvimento.

Relativamente à rubrica Publicidade, Comunicação e Imagem regista-se também um aumento dos custos no 1.º semestre de 2026, o qual corresponde a uma variação de 1.118,42 € (+277%), facto que se deve ao aumento dos custos com a publicidade obrigatória com os procedimentos concursais.

No que concerne à rubrica Conservação e Reparação, o aumento registado no 1º semestre de 2026 apresenta uma variação bastante significativa de 41.891,67 € (+789%), facto que se deve sobretudo aos trabalhos de conservação executados em alguns empreendimentos, nomeadamente a intervenção designada de Colocação de Grelha PRFV e Recuperação de Guarda Inox do Pontão da Frente Mar da Madalena do Mar e a Empreitada de demolição do "Bar Caixote" da Frente Mar da Ribeira Brava.

Relativamente à rubrica Combustíveis e Lubrificantes, que reflete um aumento de 2.712,03 € (+90%) para o 1º semestre de 2026, o mesmo tem que ver com o acréscimo das necessidades de deslocação e utilização de viaturas/equipamentos no decurso do período, bem como com o impacto da evolução dos preços dos combustíveis.

Ainda na rubrica dos Outros Serviços, cuja variação totaliza um aumento de 3.741,52 € (+91%), o mesmo tem sobretudo a ver com o registo dos custos relativos à instalação do contador definitivo no Campo de Golfe da Ponta do Pargo.

É ainda de referir que, em sentido inverso, se verificou uma redução mais expressiva da despesa na rubrica de Outros Serviços Especializados que registam uma variação de 10.769,33 € (-66%), facto que se deve à redução com outros custos que não tiveram execução no semestre em análise.

As restantes rubricas apresentam variações de menor expressão de redução da despesa, não alterando de forma significativa a evolução global das contas.

6.1.4. Gastos com Pessoal

A variação ocorrida na conta “Gastos com o pessoal”, encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 10 – GASTOS COM PESSOAL

Conta 63	Gastos com o pessoal	1º Semestre		VARIAÇÃO	
		2025	2026	Valor	%
631	Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	26 705,57	29 480,22	2 774,65	10%
632	Remunerações do pessoal	292 382,64	350 797,66	58 415,02	20%
634	Indeminizações	0,00	0,00	0,00	0%
635	Encargos sobre remunerações	70 407,07	85 627,13	15 220,06	22%
63511	Encargos com os Órgãos Sociais	6 068,65	7 759,53	1 690,88	28%
63512	Encargos com o restante pessoal	64 338,42	77 867,60	13 529,18	21%
636	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	1 748,81	1 883,29	134,48	8%
638	Outros gastos com o pessoal	183,50	95,85	-87,65	-48%
	Total	391 427,59	467 884,15	76 456,56	20%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

A conta “Gastos com o pessoal”, teve um acréscimo de 20%, comparativamente ao período homólogo de 2025, essencialmente devido à atualização salarial decorrente do Decreto-Lei 29-A/2026, de 30 de janeiro bem como a reposição dos 5% de redução nas remunerações dos gestores públicos, decorrente da lei.

Contribuíram igualmente para este aumento a contratação de um Chefe de Serviço, a nomeação de um Chefe de Divisão, o regresso de um Técnico Superior e a alteração da categoria profissional de um trabalhador, que transitou da carreira de Assistente Técnico para a de Técnico Superior.

6.1.5. Juros e rendimentos similares obtidos

A variação positiva de 76.971,65 € (+100%), nesta rubrica, refere-se à cobrança de juros de mora referentes a créditos vencidos de clientes, provenientes de contratos de concessões.

6.2. Balanço

A análise comparativa ao Balanço da Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A., entre o 1º semestre de 2026 e a posição a 31/12/2025, permite destacar os seguintes aspetos às rubricas do balanço:

- Uma redução do Ativo Não Corrente, nomeadamente dos Ativos Fixos Tangíveis no valor de 747.996,22 €, facto que se deve ao cálculo das amortizações do 1º semestre de 2026, sendo de salientar que, pese embora tenha havido um aumento do investimento neste período, o qual regista um valor de 218.872,90 €, o montante não supera o valor registado nas amortizações do semestre, o que espelha uma diminuição do valor do ativo líquido;
- uma redução na conta de Clientes entre o período em análise e a posição a 31/12/2025, no montante de 160.836,43 €, o que representa a recuperação de valores a haver por parte de alguns clientes;
- um acréscimo do valor nas contas de fornecedores a pagar no montante de 7.182,52€, o qual diz respeito a faturas que se encontram por liquidar.

6.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

A análise aos Fluxos de Caixa da Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A. relativa ao 1º semestre de 2026 permite destacar os seguintes aspetos:

- nas operações de fluxos de caixa regista-se um saldo positivo no fluxo gerado pelas atividades operacionais, facto que decorre do aumento de valor nos recebimentos de clientes devido à recuperação da receita nos saldos de clientes a receber;
- no fluxo gerado pelas operações de investimento regista-se um saldo negativo, o que é decorrente dos pagamentos de investimento terem sido superiores aos subsídios ao investimento recebidos; todavia o saldo final da variação de caixa e dos seus equivalentes para o semestre regista um valor positivo de 2.714,72 €;

- ainda a observar que o saldo de caixa e seus equivalentes no fim do período, que inclui o saldo de gerência anterior e as variações do período anteriormente referidas, é, portanto, superior ao do início do período no final do 1º semestre, após os fluxos decorrentes das atividades operacionais e de investimento, correspondendo ao valor de 2.952.856,53 €, havendo a ressaltar que este saldo se destina, maioritariamente, ao pagamento de custos com investimento.

7. Informação Adicional

7.1. Pessoal

A estrutura de pessoal da Ponta do Oeste, S.A. tem a seguinte composição:

- Órgãos Sociais – 1 (um) Presidente, 2 (dois) Vogais Executivos e 2 (dois) Vogais Não Executivos;
- Cargos de Direção e Chefia – 4 (quatro), todos Técnicos Superiores na sua carreira de origem;
- Técnico Superior – 9 (nove) trabalhadores, dos quais 1 (um) trabalhador está cedido ao abrigo de uma cedência ocasional a uma entidade privada e 1(um) trabalhador cedido a uma Entidade ao abrigo de um Acordo de Cedência de Interesse Público;
- Assistente Técnico – 13 (treze) trabalhadores, dos quais 5 (cinco) estão a exercer funções noutras entidades, sendo que 4 (quatro) estão ao abrigo de um acordo de cedência de interesse público e 1 (um) ao abrigo de um contrato de cedência a uma entidade privada.
- Assistente Operacional – 17 (dezassete) trabalhador, dos quais 6 (seis) estão a exercer funções noutras entidades, sendo que 1 (um) estão ao abrigo de um acordo de cedência de interesse público e 5 (cinco) ao abrigo de um contrato de cedência a uma entidade privada.

QUADRO 11 – RESUMO DE PESSOAL – 1.º SEMESTRE

TRABALHADORES ATIVOS	TRABALHADORES INATIVOS	ÓRGÃOS SOCIAIS	TOTAL
30	13	5	48

Fonte – Unidade de Gestão de Recursos Humanos

7.2. Evolução da dívida comercial

QUADRO 12 – EVOLUÇÃO DÍVIDA COMERCIAL

	1ºT 2025	2ºT 2025	3ºT 2025	4ºT 2025	1ºT 2026	2ºT 2026
Fornecedores C/C (221 - SNC-AP)	417 075,36	139 911,21	60 540,88	0,00	147 350,84	7 284,50
Forn de Investimentos (271 - SNC-AP)	6 441,00	6 725,50	6 725,50	6 441,00	6 441,00	6 441,00
Total	423 516,36	146 636,71	67 266,38	6 441,00	153 791,84	13 725,50

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

7.3. Evolução do prazo médio dos recebimentos

QUADRO 13 – EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DOS RECEBIMENTOS

PRAZO	1ºT 2025	2ºT 2025	3ºT 2025	4ºT 2025	1ºT 2026	2ºT 2026
PMR (em dias)	275	117	84	72	253	81

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

7.4. Evolução do prazo médio de pagamentos

QUADRO 14 – EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

PRAZO	1ºT 2025	2ºT 2025	3ºT 2025	4ºT 2025	1ºT 2026	2ºT 2026
PMP (em dias)	453	145	43	0	54	3

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

8. Conclusão

O Conselho de Administração e todos os seus colaboradores continuam empenhados na melhoria dos resultados e na sustentabilidade da Ponta do Oeste, em cumprimento dos objetivos definidos para o ano de 2026.

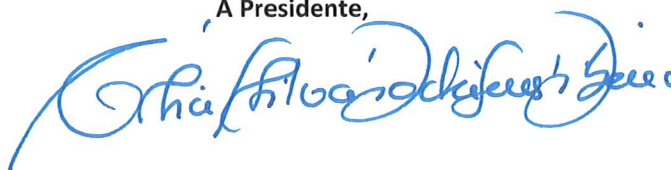
Paralelamente, existe a procura contínua no financiamento, quer através de financiamento comunitário, quer através dos mecanismos previstos na lei, de modo a diminuir a dependência do acionista e, como tal, aliviar o ORAM.

Importa ainda destacar o relevante papel de serviço público assegurado pelas Sociedades, nomeadamente através da disponibilização e manutenção de espaços de acesso livre ao público em geral, como as Frentes Marítimas, contribuindo para a valorização do território, bem-estar das populações e atratividade turística da Região.

Funchal, 30 de julho de 2026

O Conselho de Administração,

A Presidente,

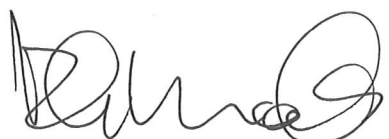


(Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro)

Os Vogais Executivos,



(Fátima Carvalho Correia)



(Elias Homem de Gouveia)



**Relatório de Execução
Orçamental
1.º Semestre 2026**



Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.

Relatório do Órgão de Fiscalização

1º Semestre de 2026

Julho de 2026

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Avenida 5 de Outubro nº 124 7º | 1050-061 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 |

Capital Social €44.900 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Índice

1. Nota Introdutória	3
2. Contabilidade Orçamental	4
2.1. Execução Orçamental da Receita	4
2.2. Execução Orçamental da Despesa	5
3. Conclusões	6
4. Nota Final	6

1. Nota Introdutória

À Secretaria Regional das Finanças,
Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas,
Direção Regional do Orçamento e Tesouro e Inspeção Regional de Finanças

Exmos. Senhores,

O presente relatório é elaborado nos termos da alínea i), do nº 1, do art. 42.º do RJSERAM – Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira, do constante da alínea e) do nº 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril, e do contrato celebrado entre as Sociedades de Desenvolvimento e a PKF & Associados, SROC, Lda. para o triénio 2026-2028.

Procedemos à análise da situação económico-financeira da Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S. A. (doravante “SDPO” ou “Sociedade”), relativa ao primeiro semestre de 2026, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- i) Reuniões com o Conselho de Administração e outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos que considerámos necessários;
- ii) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade;
- iii) Verificação da conformidade do relatório de execução orçamental do primeiro semestre com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte e explicação dos principais desvios e variações.

Dada a inexistência de qualquer disposição legal que imponha à Sociedade a obrigatoriedade de preparação de um conjunto completo de demonstrações financeiras reportados a 30 de junho de 2026, o nosso trabalho foi desenvolvido com base nos balancetes da contabilidade patrimonial e orçamental disponibilizados e no relatório de execução orçamental preparado pela SDPO com referência ao primeiro semestre de 2026, incluindo o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e os mapas de controlo orçamental da despesa e da receita.

Caso tivessem sido preparadas demonstrações financeiras completas com referência àquela data, outras situações poderiam manifestar-se passíveis de relato no presente relatório. No entanto, nos pontos seguintes, levamos ao conhecimento de V. Exas., as conclusões e recomendações que consideramos relevantes, face às situações identificadas no decurso do nosso trabalho.

2. Contabilidade Orçamental

2.1. Execução Orçamental da Receita

Relativamente ao orçamento da receita, as taxas de execução a 30 de junho de 2026 são as seguintes:

Designação	2026			2025		
	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Grau Execução	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Grau Execução
RECEITAS CORRENTES	1 370 158	663 570	48,4%	799 391	305 499	38,2%
Transferências Correntes	250 000	0	0,0%	0	0	0,0%
Venda de bens e serviços correntes	1 089 958	625 084	57,3%	748 734	302 524	40,4%
Outras receitas correntes	30 200	38 486	127,4%	50 657	2 975	5,9%
RECEITAS DE CAPITAL	12 780 158	219 259	1,7%	7 062 843	2 158 622	30,6%
Venda de bens de investimento	8 240 000	0	0,0%	8 000	0	0,0%
Transferências de capital	3 942 868	219 259	5,6%	6 203 989	2 158 622	34,8%
Ativos financeiros	597 290	0	0,0%	850 854	0	0,0%
OUTRAS RECEITAS	2 660 319	2 660 318	100,0%	1 247 124	1 247 123	100,0%
Saldo da gerência anterior	2 660 319	2 660 318	100,0%	1 247 124	1 247 123	100,0%
TOTAL	16 810 635	3 543 147	21,1%	9 109 358	3 711 244	40,7%

Fonte: Balancetes analíticos da Sociedade referentes ao 1º Semestre.

No que respeita ao orçamento da receita, a taxa de execução verificada em 30 de junho de 2026 ascende a 21%, que se traduz em 3.543.147 euros em termos absolutos, diminuindo cerca de 168.097 euros face ao registado em período homólogo, essencialmente pela redução das receitas de capital. O grau de execução justifica-se, essencialmente, nos pontos seguintes:

- ✓ As receitas correntes registaram um aumento de cerca de 358.071 euros, essencialmente devido à cobrança, durante o semestre, de valores faturados em períodos anteriores, o que contribuiu para o reforço da execução da receita.
- ✓ No âmbito das Receitas de Capital, a rubrica “*Transferências de Capital*” apresenta, à data do período em análise, uma taxa de execução de 5,6%, refletindo uma redução de 1.939.363 euros relativamente ao período homólogo. Esta variação decorre do faseamento financeiro dos investimentos e da calendarização dos respetivos financiamentos.
- ✓ Relativamente à rubrica “*Venda de Bens de Investimento*”, o orçamento corrigido já incorpora o montante previsto referente à alienação de terrenos localizados na zona imobiliária do campo de golfe da Ponta do Pargo, não se registando, contudo, qualquer execução no semestre em análise.
- ✓ O “*saldo da gerência anterior*” encontra-se totalmente integrado, no montante de 2.660.318 euros, constituindo uma importante fonte de financiamento da atividade desenvolvida no período.

2.2. Execução Orçamental da Despesa

Relativamente ao orçamento da despesa, as taxas de execução a 30 de junho de 2026 são as seguintes:

Designação	2026			2025		
	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Grau Execução	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Grau Execução
DESPESAS CORRENTES	2 155 503	587 376	27,3%	1 789 799	469 035	26,2%
Despesas com pessoal	1 335 480	469 125	35,1%	1 281 300	365 139	28,5%
Aquisição de bens e serviços	749 523	112 109	15,0%	429 142	87 043	20,3%
Juros e outros encargos	500	36	7,2%	500	39	7,7%
Transferências correntes	10 000	0	0,0%	21 857	0	0,0%
Outras despesas correntes	60 000	6 107	10,2%	57 000	16 814	29,5%
DESPESAS DE CAPITAL	14 655 132	294 695	2,0%	7 319 559	864 166	11,8%
Aquisição de bens de capital	14 618 702	294 695	2,0%	7 319 559	864 166	11,8%
Transferências de capital	36 430	0	0,0%	0	0	0,0%
TOTAL	16 810 635	882 071	5,2%	9 109 358	1 333 201	14,6%

Fonte: Balancetes analíticos da Sociedade referentes ao 1º Semestre.

Conforme ilustra o quadro acima, a execução orçamental da despesa no primeiro semestre de 2026 situa-se nos 5,2%, apresentado um total de despesa paga pela Sociedade de 882.071 euros.

Verifica-se uma diminuição de cerca de 451.129 euros face à realizada no período homólogo, devido a esse feito, gostaríamos de evidenciar as seguintes situações que de certa forma justificam o grau de execução registado no orçamento da despesa:

- ✓ As Despesas de Capital totalizaram 294.695 euros, correspondente a uma taxa de execução de 2%, representando uma diminuição de 569.471 euros, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Esta evolução resulta do faseamento temporal da execução dos investimentos previstos, encontrando-se uma parte significativa dos projetos em diferentes fases de contratação, adjudicação ou execução física, sem que, até ao final do primeiro semestre, tenha sido possível reconhecer a totalidade da despesa correspondente.
- ✓ No que diz respeito à rubrica de “*Aquisição de Bens e Serviços*”, refletiu um aumento de 25.066 euros, em virtude da necessidade de trabalhos de reparação/manutenção nos diversos empreendimentos, assim como a demolição do Bar “Caixote”, situado na Frente Mar da Ribeira Brava.
- ✓ A rubrica de “*Despesas com Pessoal*”, evidencia um aumento de 103.985 euros face ao período homólogo, decorrente, essencialmente, das atualizações salariais entretanto implementadas, do aumento do número de membros dos órgãos sociais no período em análise e da reposição da redução remuneratória de 5% anteriormente aplicada aos gestores públicos, nos termos da legislação em vigor. Contribuíram igualmente para esta variação a contratação de um Chefe de Serviço, a nomeação de um Chefe de Divisão, o regresso de um Técnico Superior e a alteração da categoria profissional de um trabalhador, que transitou da carreira de Assistente Técnico para a carreira de Técnico Superior.

3. Conclusões

Salientamos que foi desenvolvido um processo de inventariação e reconciliação físico-contabilística do património, cujos efeitos a Entidade estima refletir no âmbito do processo de fusão das Sociedades de Desenvolvimento.

Não obstante, esta informação não origina nesta fase uma alteração na nossa opinião com reservas incluída na Certificação Legal de Contas relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 desta sociedade, que abaixo reproduzimos:

“No decurso do trabalho por nós realizado, verificámos que a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis inclui cerca de 160.843 milhares de euros relativos a terrenos e edifícios, relativamente aos quais não conseguimos concluir, de forma inequívoca, sobre eventuais situações de perdas por imparidade.

Em resultado deste facto, não estamos habilitados a emitir opinião sobre a rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis” evidenciada no Balanço e sobre o saldo de “Gastos de Depreciação e de Amortização” evidenciada na Demonstração dos Resultados por Naturezas, com referência a 31 de dezembro de 2025.

Importa salientar que foi desenvolvido um processo de inventariação e reconciliação físico-contabilística do património, cujos efeitos a Entidade estima refletir no âmbito do processo de fusão das Sociedades de Desenvolvimento, a concretizar previsivelmente no exercício de 2026, de modo a assegurar que quaisquer ajustamentos sejam refletidos de forma consolidada e apropriada no contexto da reestruturação e racionalização do setor empresarial público regional.”

4. Nota Final

De acordo com a nossa prática habitual, que tem em vista maximizar sempre a utilidade da nossa colaboração, ficamos ao inteiro dispor, para prestarmos os esclarecimentos adicionais que eventualmente, considerem úteis e necessários.

Cumpre-nos, finalmente, salientar e agradecer a cooperação que temos recebido por parte do Conselho de Administração e dos diversos colaboradores das Sociedades de Desenvolvimento com que contactámos, bem como o interesse na apreciação das observações e recomendações por nós efetuadas.

Lisboa, 30 de julho de 2026

PKF & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

Amaro André Sousa Abreu (ROC n.º 2072 | CMVM n.º 20230001)

Assinado por: Amaro André Sousa Abreu

Num. de Identificação: BI13613097

Data: 30-07-2026 10:27:33 +01:00

